

A AVALIAÇÃO EM PRÁTICA

Denise Leite

Coord. CEPAV*

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como destacado em outros trabalhos (Leite e Bordas, 1995 e Leite e Figueredo, 1996), optou por encontrar seu caminho próprio em relação à avaliação. A escolha recaiu na lógica emancipatória através da qual vem sendo gerado um processo fecundo de análise e auto-conhecimento. A instituição procura pensar-se crítica e criativamente e não moldar-se a formas avaliativas preconcebidas que possam levar a uma direção unívoca ou uniforme. Este foi o propósito concebido desde que em 1993 iniciou-se o diagnóstico preliminar dos cursos de graduação. (CIAEU/PROGRAD, 1993)

O processo e os princípios da avaliação

Como apontado acima, a UFRGS integra-se com o programa Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) uma vez que foi uma das articuladoras do mesmo. Porém, seu programa de avaliação, que surge antes do referido PAIUB, foi concebido pela própria comunidade e como parte do Plano de Gestão (1993), decidido em diferentes instâncias de participação, apreciado pela Assembléia Universitária e aprovado pelos conselhos superiores da Universidade. Sua origem pode ser atribuída ao diagnóstico preliminar, de caráter informal, estabelecido através de encontros realizados pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), em cada uma das Unidades, no início das atual gestão. Nele foram articulados os primeiros objetivos, face às necessidades pouco conhecidas dos cursos de graduação. (CIAEU/PROGRAD, 1993)

O foco central da análise, no I Ciclo Avaliativo, é a graduação. Cada curso interessado em participar, aderiu voluntariamente ao Programa, constituindo seu NAU - Núcleo de Avaliação da Unidade. O NAU es-

colhido em cada unidade, através das mais diferentes formas participativas, concentra a liderança do processo. Coube a ele avaliar o curso, preparar o Relatório de Avaliação Interna e, agora, envolver-se com a Avaliação Externa. Os pareceres dos avaliadores externos, tanto quanto os relatórios de Avaliação Interna que envolvem diferentes formas de auto-avaliação, são os instrumentos de reflexão a serem discutidos com os NAUs e a comunidade. Estes materiais e a experiência de auto-avaliação proporcionada pela Avaliação Interna, permitem à comunidade de cada curso replanejar o seu projeto pedagógico, o que no conjunto, a Universidade, ao se avaliar, também estará realizando.

Que princípios orientam este programa?

Constituem diretrizes orientadoras: democratização, autonomia, qualidade formal (das ações) e política (das influências), a legitimidade, a auto adesão e a comparabilidade interna (PAIUFRGS, 1994). Neste sentido, entende-se que a avaliação torna-se instrumento de *democratização* quando pensada e executada como projeto coletivo que torne socialmente visíveis as ações de ensino, pesquisa e extensão da Universidade relacionadas a suas formas de gestão, considerando as condições infra-estruturais existentes. A *autonomia*, hoje questão central das discussões sobre Universidade, constitui o princípio que está em relação direta com a democratização interna. A detecção dos pontos fortes e deficitários da Instituição favorece a reflexão sobre a sua realidade; supõe o uso da força acadêmica e política para buscar as transformações requeridas na Universidade pelos diferentes setores da sociedade. Com isto, acredita-se que uma avaliação que se realize de forma autônoma, guarde a força que orienta a autogestão e o planejamento dentro da realidade. A *qualidade formal (das ações) e política (das influências)*, habilita a instituição colocar-se como for-

* Colaboraram com a organização deste texto: Prof. Norberto Holz (Evasão); Prof^a Marília Morosini; secretária Sandra Gonçalves e bolsista César Henrique Costa.

madora de quadros para a sociedade, dentro dos padrões de referência do conhecimento universal, a par de ser uma instância sinalizadora para a população como formadora de opiniões e impulsionadora de ações de intervenção na sociedade. A *legitimidade* diz respeito ao reconhecimento da necessidade de avaliação pela comunidade, expressa por sua auto-adesão ao programa.

Na prática, talvez o princípio mais difícil de ser entendido seja o da *comparabilidade interna*, pois “*conceitos e pré-conceitos longamente consolidados e evidenciados no cotidiano universitário são assumidos, ou sofridos, por professores e estudantes. Eles radicam na própria idéia que cada um construiu ou internalizou a respeito das funções primeiras dessa instituição. No embate dessas concepções, parece prevalecer aquela que, fechando os olhos ao presente, continua a aceitar a permanência dos objetivos da Universidade, apesar das incrivelmente aceleradas mutações que o mundo vem sofrendo nas últimas décadas e daquelas que o futuro próximo já delinea com força*” (p. 110). Inovar e desvincular-se das amarras neoliberais envolve olhar-se histórica e prospectivamente em relação a si, tarefa que a autoavaliação realiza sob o crivo dos conceitos e pré-conceitos de seus partícipes.

Na UFRGS, o programa de avaliação não induz ao ranqueamento dos cursos. Os dados, os resultados, são de uso de cada comunidade interna, usados para a melhoria de qualidade de seu projeto de desenvolvimento acadêmico. Neste sentido, respeita-se “a qualidade de diferença entre os grupos enquanto se busca a diferença desta qualidade para reordenar pontos fortes e fracos”, priorizando ações que viabilizem uma Universidade melhor para agora e para o futuro, em consonância com seu compromisso social. (LEITE & BORDAS, 1995)

Balanco do processo desenvolvido

O balanço geral do processo de avaliação da UFRGS, que teve seu início formal em agosto de 1994, aponta que todos os cursos de graduação estão realizando a avaliação. Os Núcleos de Avaliação das Unidades -NAUs-, foram instalados em diferentes momentos. O primeiro núcleo formalizado foi instalado em 29.9.94 e o último em 30.10.95. Uma das unidades decidiu em assembleias que fará sua avaliação, porém, não irá aderir ao PAIUFRGS. Alguns grupos não mantiveram seu interesse pelo processo e desenvolvem lentamente suas

reflexões ainda que tenham aderido formalmente ao processo e chegado a instalar seus NAUs.

Dentre estes cursos que iniciaram a avaliação interna, 20 já concluíram, 13 deverão concluí-la nos próximos meses e 7 não têm previsão de término. Já realizaram a avaliação externa os cursos: Licenciatura em Matemática, Letras, Medicina e Farmácia e estão previstas para o ano de 1996 as avaliações da Agronomia, Veterinária, Economia, Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Ciências da Computação, Geografia, Geologia, Física, Biblioteconomia, Música e Artes Plásticas.

Um primeiro seminário de Balanço do Programa foi realizado em setembro de 95. Os coordenadores dos NAUS (15) apresentaram à comunidade alguns dos resultados do processo. A discussão de formas inovadoras de organização da Universidade com a experiência de substituição do modelo departamental pelo modelo de organização interdisciplinar fez parte do programa. No início de 96, através de reuniões com os NAUs e a direção central da Universidade, foi discutida a continuidade do programa de avaliação decidindo-se por centrar o foco do mesmo na autonomia universitária e valorizando o processo construído. Por

outro lado, a reavaliação interna do processo vem sendo executada. Alguns cursos realizam seminários de discussão dos relatórios de avaliação interna. Ainda na perspectiva da reavaliação, em julho de 1996, estará sendo levado a efeito um seminário geral para a discussão dos resultados da avaliação interna e externa.

Resultados e Perspectivas

No embate avaliação interna e externa vale lembrar com Boaventura Santos (p. 187, 1994):

“*Mesmo que a avaliação seja efetuada pela própria Universidade, tal avaliação será sempre externa, quer porque coloca a utilidade social da Universidade num conjunto mais amplo de utilidades sociais, quer porque envolve, mesmo que implicitamente, numa comparação entre modelos institucionais e seus desempenhos*”

Talvez seja esta a perspectiva a assinalar sobre os resultados que agora se delinham. Ao contrário de Santos que acredita que as Universidades ainda não encontraram uma via própria para a avaliação, a UFRGS traçou um caminho. Se ele é o melhor não sabemos, porém os resultados vistos sob diferentes olhares mostram a

Inovar e desvincular-se das amarras neoliberais envolve olhar-se histórica e prospectivamente em relação a si, tarefa que a autoavaliação realiza sob o crivo dos conceitos e pré-conceitos de seus partícipes

extraordinária riqueza do processo e o seu potencial impulsionador de ações.

Sob o olhar de **alunos e professores**, por exemplo, em **questionário** aplicado ao início do processo, observa-se que a percepção geral dos respondentes (80 a 90%) sobre os cursos de graduação, do qual fazem parte, mostra que “estes cursos são ótimos e os recomendariam a outras pessoas”. No que se refere ao item dimensão intelectual, ética e sócio-política dos cursos, traduzida na compreensão do papel social do aluno e do professor, postura ética em relação aos colegas e outros profissionais, respeito e cuidado pelos bens materiais, integração de conhecimento, independência na tomada de decisões e espírito crítico, observa-se que alunos e professores reconhecem (em porcentagens variáveis de 70 a 80%) que estas características estão presentes nos cursos de graduação da UFRGS.

Sob o olhar de um dos coordenadores de NAU, **entrevistado** por professor da Universidad de La República, portanto não vinculado à própria Universidade ou comprometido com o processo, foi destacado: “todos os cursos iniciaram, todos os cursos se mantêm até hoje. Ou seja, o ano de 1995 um dos grandes projetos do Instituto é a avaliação. O que se constatou na trajetória foi uma diferenciação no percurso de cada um dos cursos, porque o processo avaliativo ele está intimamente ligado com as relações de cada departamento, com as propostas pedagógicas, com as tradições de discussões já instaladas ou não. E ele não pode se dar de uma forma burocrática, ou seja ser feito por uma comissão e depois baixar os resultados sobre plenária. Então, hoje cada curso está integrado, mas com trajetórias autônomas. a unidade não tem a expectativa que todos façam o processo, embora tenham aderido a ele. É possível que nós, que a Unidade, tenha quatro relatórios, é possível que ela tenha três. Nós não estamos impondo nada, face aquela interface direta que existe do processo de avaliação, com o PAIUB e deste, com o Ministério de Educação” (Entrevista, 1995)

Esta mesma fonte mostra os obstáculos e/ou dificuldades para implantar um processo avaliativo:

“Primeiro a tendência ao isolamento da comissão de avaliação. Esta acho que é a principal. Ou seja, uma vez eleito o representante da avaliação de cada curso, uma espécie de lavar as mãos, dizer que a avaliação está sendo feita e tem alguém fazendo, isto não nos diz respeito. A outra grande dificuldade foi trabalhar com os dados numéricos e recolocá-los numa base mais real, isto é a falta de apoio administrativo para fazer isto. Isto demandou

muito esforço, muito trabalho e muita energia e às vezes até desmotivou, muitas vezes, os próprios representantes. Nós tivemos um dos nossos professores que saiu do processo e teve de ser eleita outra pessoa de um dos cursos porque não se sentiu assim estimulado pelos encaminhamentos.”

Sob o crivo técnico da reunião dos **dados que informam Diplomação, Retenção e Evasão**, a UFRGS apresenta taxas que se assemelham às das demais universidades brasileiras. Em quase todos os cursos e áreas a UFRGS tem médias de evasão⁷ menores do que as médias nacionais. No entanto, os valores de retenção são bastante altos. Quanto às taxas de diplomação observa-se que elas são em geral inferiores a 50%, o que caracteriza uma baixa produtividade do sistema (considerando a grande relação candidato/vaga no vestibular - 9:1 - na maioria dos cursos desta universidade).

A respeito da evasão vale a pena citar que a UFRGS trabalha nela desde 1984 (UFRGS/PROPLAN - Série Estudos e Projetos).

A preocupação da Universidade com a ocorrência do fenômeno levou ao estudo e identificação do proble-

ma e suas causas. Foram analisados, mediante metodologia qualitativa, questões como: ocorrência da evasão por curso, tipo de evasão, semestres com maior percentual de evasão nos cursos de graduação e descrição das causas que levaram os alunos a se evadir ou trocar de curso (UFRGS/PROPLAN, 1991 p.20). Durante os anos de 1984, 1985, 1986 e 1987 estes dados foram levantados. Nestes trabalhos se ressalta que a causa mais apontada pelos alunos (como motivadora de deserção definitiva é “a colisão de horários entre o curso e a atividade profissional”, ou seja, à dificuldade dos estudantes trabalhadores em conciliar horários de trabalho com horários da Universidade pública. Segue-se à esta “a modificação de interesses pessoais”, “decepção com os cursos” e outras.

Os cursos que apresentaram na época maiores taxas de permanência eram os de Odontologia, Medicina, Veterinária, Ciências da Computação, Agronomia, Engenharia Civil, Ciências Jurídicas e Sociais.

⁷ **Evasão de Curso**: considerando uma série histórica de dados sobre uma geração/turma de alunos ingressantes e, considerando o tempo máximo de integralização curricular, de acordo com normas CFE, serão considerados evadidos do curso os alunos que não se diplomaram neste período ou que não estão mais vinculados ao curso em questão, por quaisquer motivos (abandono, transferência externa, desistência, transferência interna e jubramento).

Quadro Geral do Desenvolvimento do Processo de Avaliação na UFRGS

CURSO	INSTALAÇÃO	AVAL. INTERNA	RELAT. AVAL. INTERNA	AVAL. EXTERNA	REAValiaÇÃO
Farmácia	29/09/94	concluída	entregue	22 a 24/04/96	
Educação Física	09/11/94	—	—	—	
Letras	16/11/94	concluída	entregue	04 a 06/12/95	
Agronomia	16/11/94	concluída	entregue	08 a 10/05/96	
Veterinária	16/11/94	concluída	—	27 a 29/05/96	
Física	28/11/94	concluída	entregue	agosto/96	
Química	28/11/94	concluída	—	julho/96	
Matemática - Bacharelado	28/11/94	concluída	—	—	
Matemática - Licenciatura	28/11/94	concluída	entregue	13 a 15/12/95	
Estatística	28/11/94	concluída	—	—	
Engenharia Mecânica	29/11/94	concluída	entregue	19 a 21/06/96	
Engenharia Elétrica	29/11/94	concluída	—	—	
Engenharia de Minas	29/11/94	fevereiro/96	—	—	
Engenharia Metalúrgica	29/11/94	fevereiro/96	—	2º semestre/96	
Engenharia Química	29/11/94	fevereiro/96	—	—	
Engenharia Civil	29/11/94	fevereiro/96	—	26 a 28/06/96	
Engenharia de Materiais	29/11/94	fevereiro/96	—	—	
Enfermagem	29/11/94	concluída	—	2º semestre/96	
Ciências Biológicas	30/11/94	—	—	junho/96	
Ciências Econômicas	01/12/94	concluída	entregue	28 a 30/05/96	
Administração	01/12/94	fevereiro/96	—	—	
Ciências Contábeis	01/12/94	fevereiro/96	—	—	
Ciências Atuariais	01/12/94	fevereiro/96	—	—	
Medicina	05/12/94	concluída	entregue	20 a 22/03/96	
Artes Cênicas	06/12/94	—	—	—	
Artes Plásticas	06/12/94	concluída	—	—	
Música	06/12/94	concluída	—	junho/96	
Ciências Sociais	08/12/94	fevereiro/96	—	junho/96	
História	08/12/94	fevereiro/96	—	junho/96	
Filosofia	08/12/94	fevereiro/96	—	junho/96	
Psicologia	08/12/94	fevereiro/96	—	—	
Arquitetura	12/12/94	fevereiro/96	—	2º semestre/96	
Biblioteconomia	22/12/94	concluída	—	—	
Comunicação Social	22/12/94	—	recomeçando	—	
Ciência da Computação	20/01/95	concluída	entregue	—	
Odontologia	04/05/95	—	—	junho/96	
Geografia	13/06/95	concluída	entregue	2º semestre/96	
Geologia	13/06/95	concluída	entregue	02 a 04/07/96	
Ciências Jurídicas e Sociais	30/10/95	—	—	—	
Pedagogia	1996	—	—	—	

Repetem-se nos quatro anos em análise as maiores taxas de evasão para Geografia, Matemática, Biblioteconomia, Filosofia, Artes Cênicas, Letras, Física, Música e Pedagogia.

Ressalte-se que o estudo UFRGS trabalha com taxas de evasão/ano e não com a geração completa dos dados.

No estudo de Paredes realizado entre 1990 e 1993 nas Universidades Federal do Paraná e PUC/PR aparecem com menores taxas de evasão, os cursos de Arquitetura, Urbanismo, Medicina, Direito, Odontologia, Veterinária e Pedagogia.

Entre as maiores taxas ficam Física, Estatística, Matemática, Artes Cênicas, Química Industrial, Ciências Sociais, Biologia e Ciências.

O Cálculo de Paredes para a taxa de evasão não considera a geração completa para cada curso porém, trabalha com o período de 10 anos caracterizando a evasão das duas Universidades em termos da diferença entre ingressantes e diplomados neste período.

Nas considerações finais o autor (Paredes, 1994, p.19) coloca questões que chama de **paradoxais ou surpreendentes** sobre evasão:

- 1- O fenômeno de evasão é maior do que a percepção que dele se tem;
- 2- Os dirigentes universitários reavaliam o fenômeno e indicam causas nem sempre relevantes;

3- A subavaliação do fenômeno produz decisões inadequadas e até contrárias à maior produtividade do sistema universitário.

4- O abandono definitivo de formação superior pelo aluno evadido não se confirma neste estudo, pois, 64% dos alunos evadidos concluem o terceiro grau em outro curso ou outra Universidade.

Neste estudo, então, apenas 12,8% dos alunos pesquisados como evadidos, realmente não se formam. Os demais, de uma forma ou outra, em um tempo não previsível, adquirem seu diploma universitário.

Estudos como este, mostram que ainda desconhecemos o fenômeno da evasão, suas implicações no âmbito interno da Universidade e no conjunto da problemática da educação do terceiro grau no Brasil.

Em outros países, "os melhores rendimentos do sistema se obtém na Finlândia, Alemanha e Holanda, e os piores, nos Estados Unidos da América do Norte, Áustria, França e Espanha" segundo Latiesa, M (1992, p. 19). Estas afirmações se referem às taxas de abandono para os anos de 1960 a 1986. Nos EUA, por exemplo, diz a autora "as taxas de evasão estão em torno de 50% e esta porcentagem é constante durante os últimos 30 anos", o mesmo para a França (as taxas em 1980 são de 60 a 70% em determinadas Universidades), na Áustria este número é de 43% e somente 13% concluem nos prazos previstos. Este dado último aproxima-se do número encontrado por Paredes para UFPR e PUC/PR. Na Finlândia estas taxas oscilam em torno de 10%.

QUADRO 1 - PONTOS FORTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO AVALIAÇÃO INTERNA, 1995

Tema	Pontos Fortes
Docente	<ul style="list-style-type: none"> - Boa motivação profissional (<i>o exercício do magistério por si só, é suficiente para proporcionar satisfação, apesar das limitações referentes às condições de trabalho e falta de incentivos da Universidade</i>); - Os professores, sempre estão identificados com suas idéias e seus setores; - De um modo geral, a Universidade tem bons professores.
Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Forte ligação com as atividades de ensino e extensão; - Autonomia para encaminhamento de pesquisa; - Os alunos mais envolvidos com a Universidade são os que participam de programas de pesquisa vinculados a bolsas; - A pesquisa desenvolve a autonomia e a criatividade dos alunos.
Relações Universidade - Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> - A interação ocorre de forma variada destacando-se a realização de projetos conjuntos que envolvem grupos organizados; - As atividades de extensão são oferecidas: <ul style="list-style-type: none"> ● "com continuidade, sempre envolvendo os alunos" ● "buscando a integração com os professores".
Infra-estrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Boa administração da biblioteca quanto: <ul style="list-style-type: none"> ● À ampliação, ● Melhoria dos serviços disponíveis, ● Busca de recursos financeiros diversos.
Gestão	<ul style="list-style-type: none"> - Transparência das decisões e participação, quanto ao uso de recursos das unidades e das pró-reitorias.

Fonte: RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERNA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFRGS. Porto Alegre: Núcleos de Avaliação das Unidades - NAUs, 1995/96.

Chama a atenção no estudo de Latiesa que a oscilação das taxas não se dá apenas em nível do sistema mas também em nível das carreiras. No caso da Espanha, por exemplo, a variação vai de 8 a 90% (p.20). A autora destaca que os cursos de Medicina apresentam taxas baixas e os de Política e Sociologia são altas. Em todas as instituições consultadas pela autora, foi observado que as maiores taxas de evasão ocorrem nos primeiros anos das diferentes carreiras sendo mais forte nas Engenharias e nas carreiras técnicas e científicas (p.20).

Na consolidação dos **relatórios de avaliação interna** observa-se a diversidade das realidades de cada curso. Destaca-se aqui o olhar dos NAUs. Algumas análises realizadas (docentes, técnico-administrativo e alunos) não representativas da totalidade da instituição, por exemplo, mostram **pontos fortes e dificuldades** dos cursos de graduação e sugestões de melhoria.

Os primeiros relatórios analisados apresentam, além dos destaques aos aspectos mais positivos dos cursos de graduação, as dificuldades e sugestões para a melhoria do ensino (Quadro 2). Como afirmam os participantes, as perspectivas derivadas da reavaliação apenas começam a despontar, considerando que os cursos ainda não concluíram o processo.

Ainda que estes quadros tenham caracterizado a análise de alguns cursos⁸ que concluíram, ou estão em vias de concluir, a avaliação interna, observa-se que as categorias elencadas são predominantes sobre outras. Nota-se, por exemplo, que a categoria corpo discente, aparece discretamente entre as demais. O fenômeno retrata talvez a pouca participação dos alunos no processo. Sendo a avaliação supostamente de domínio, ou familiaridade, do docente, estes estiveram sempre presentes. Em alguns NAUs o corpo técnico administrativo se fez representar. Nessas análises foram enriquecidas com reflexões sobre esta categoria como parte do todo curricular. Em poucos NAUs os alunos estiveram colaborando.

Ainda que tenham participado através do preenchimento dos questionários, das assembléias para a escolha dos representantes dos NAUs ou diretamente em algum trabalho de avaliação, ou até como bolsista, o corpo discente não foi constante no processo⁹. Contraditoriamente, em um curso da Universidade, foram os estudantes que estimularam a adesão ao PAIUFRGS, entusiasmando a direção e professores e, inclusive, realizando levantamentos avaliativos específicos no diretório acadêmico.

Esta é a riqueza do processo de avaliação que mexe profundamente com relações de poder, com convicções e preconceitos. De certa forma esta é a garantia do exercício da democracia.

Conclusão

Ante as considerações apresentadas e os esforços de avaliação institucional realizados até este momento na UFRGS, poderíamos afirmar que a avaliação institucional favorece o repensar a Universidade na direção de uma busca da qualidade em consonância com seus compromissos sociais?

A primeira certeza que se nos apresenta é quanto à dificuldade de tal tarefa. Dificuldade a nível teórico e a nível prático. A maioria dos acadêmicos concordam com a necessidade de sua realização, pois vêem nela um instrumento de defesa das universidades públicas. A grande discordância advém da dúvida quanto aos fins e ao uso indiscriminado dos resultados da avaliação.

Sem dúvida, a avaliação universitária é vista prioritariamente como um ponto de partida para as mudanças necessárias na instituição e no próprio sistema educacional. Ela é um "organizador" das idéias dispersas e fragmentadas sobre os males que afligem a instituição. Na medida em que coleta, sistematiza e ordena dados, ela favorece a consolidação de expectativas.

⁸ Cursos: Farmácia, Licenciatura em Matemática, Música, Artes Cênicas, Artes Plásticas, Ciências da Computação, Medicina, Engenharia Mecânica, Física, Licenciatura em Física, Letras, Agronomia, Ciências Econômicas, Biologia, Geologia e Geografia.

⁹ Ao início do processo houve inclusive uma chamada do Diretório Central de Estudantes e de um centro acadêmico para a não participação dos alunos.

QUADRO 2 - DIFICULDADES E SUGESTÕES PARA A MELHORIA CURSOS GRADUAÇÃO, AVALIAÇÃO INTERNA, 1995.

Tema	Dificuldades	Sugestões
Currículo	<ul style="list-style-type: none"> - Falta integração com o meio industrial - Ensino não tem acompanhado a evolução tecnológica (recursos computacionais) - Desprestígio dos cursos de licenciatura - Carência de aulas práticas. Curso é muito teórico - Faltam aulas à noite - Desatualização curricular, principalmente em cursos sem PG - Currículos voltados para o hoje, não para o amanhã - Fragmentação dos conteúdos - Falta de articulação entre as disciplinas - Vagas Insuficientes - Alto índice de reprovação (repetentes ocupam vagas na matrícula) - Dificuldade em estabelecer uma ponte entre o Segundo e o Terceiro Graus - Falta de ação departamental frente às avaliações das disciplinas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do curso noturno para atender ao aluno-trabalhador - Fortalecer interações com a empresa - Atualizar o currículo para a sociedade e para o mercado de trabalho - Utilização de multimeios como importante instrumento de ensino - Estimular o uso de demonstrações em classe - Aulas práticas - Modernizar aulas práticas e ter um coordenador de aulas práticas e demonstrativas - Aproximar a pesquisa da estrutura curricular - Aumentar vagas por semestre - Enxugar e atualizar os conteúdos das disciplinas - Reduzir a carga das disciplinas obrigatórias e aumentar as opcionais - Flexibilizar o currículo do Bacharelado - Revitalizar os cursos de licenciatura
Docente	<ul style="list-style-type: none"> - Redução do corpo docente de 12% no período de 92/94 - Faltam vagas de professores, principalmente para disciplinas em novas linhas curriculares. - Alguns professores despreocupados com o ensino e inacessíveis - Insatisfação salarial - Acúmulo de atividades - Desequilíbrio de encargos docentes frente ao processo de qualificação de colegas - Atividades administrativas são distribuídas de forma não equitativa entre os docentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação via cursos, inclusive de Didática. - Controle efetivo das atividades de ensino, pesquisa e extensão, para regimes de trabalho em tempo integral - Produção de livros didáticos tanto quanto de científicos, e publicação em revistas - Integração de professores dos cursos externos ao instituto
Pessoal Técnico-administrativo	<ul style="list-style-type: none"> - Carreira sem possibilidade de ascensão - Falta uma estrutura moderna e ágil, condizente com as estruturas empresariais atuais - Restrições à contratação de pessoal em substituição ao grande número de servidores que se aposentam - Supercompartimentação de atividades faz com que muitos funcionários se envolvam com as mesmas atividades - Grave deficiência de pessoal para portarias; redução do horário de pessoal especializado. - Distribuição inadequada dos servidores 	<ul style="list-style-type: none"> - Busca de melhores condições de crescimento profissional - Progressão funcional mais estimuladora - Tomar medidas para melhor aproveitar o conhecimento e a qualificação destes servidores e integrá-los com maior eficiência à comunidade científica Universitária - Assegurar uma política de pessoal séria, que possibilite a profissionalização dos funcionários e o maior comprometimento destes com a Universidade - Aperfeiçoamento de pessoal de nível médio para a utilização em aulas práticas - Reorganização administrativa
Infra-estrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Laboratórios: obsoletos e mal equipados - Faltam salas de apoio equipadas - Deficiências na segurança, iluminação, estacionamento, transporte coletivo e instalações sanitárias. - Equipamentos sem reposição - Aulas em diferentes Campi - Dificuldades para obtenção de recursos na Universidade. A graduação depende do projeto de pesquisa do professor. 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria no horário noturno - Recursos para renovação e atualização do acervo bibliográfico - Recursos específicos, no âmbito da Universidade para a Graduação (material de laboratório, consumo, manutenção, equipamentos didáticos).

Fonte: RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERNA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFRGS. Porto Alegre: Núcleos de Avaliação das Unidades - NAUs, 1995/96.

Por outro lado ela também desmistifica crenças arraigadas e problemas sub-avaliados. Como exemplo pode-se citar a questão da evasão de cursos (não evasão da instituição). Pouco valor deu-se ao fenômeno. Porém a UFRGS que insistentemente desde 1985 persegue a sua compreensão, hoje implanta medidas como jubramento e ordenamento de matrículas para minorar o problema. Os dados consolidados, e a busca de metodologia objetiva para que retratem de forma honesta a realidade, tiveram expressiva força neste contexto.

Outro exemplo, digno de nota, diz respeito aos pontos de estrangulamento dos currículos. Todo docente reconhece que ele existe porém não sabe onde. Os alunos reprovados sucessivamente na mesma disciplina também o sabem. O que muda então com a avaliação? Muda a certeza e a localização exata do problema. O NAU vai ao departamento fornecedor de disciplina se ele não pertence aos departamentos internos da unidade e faz a ponte. A partir daí, a ação se desenrola e, se a questão vai ser resolvida via comissões de carreira, via reuniões entre departamentos não importa, o que tem significado é a alavancagem para a resolução do problema que a avaliação como "organizador" proporcionou. Porque em verdade, a situação não mais será igual para o futuro.

Esta é a prioridade da avaliação. Ela não deve ter como objetivo a elaboração de um ranking entre os cursos ou instituições do país, com o fito de distribuição de recursos. Eis o grande medo do processo avaliativo, que pode levar à divisão dos cursos e/ou das instituições entre os produtivos, que conseqüentemente recebem apoio total às suas solicitações e os improdutivos que são alijados do processo. A avaliação não pode ser única e exclusivamente de produto - de desempenho. Ela deve considerar o processo, ou seja as condições que fizerem com que tal produto fosse obtido. Ela é muito mais uma análise interna que avalia o todo da instituição, considerando as atividades meio e as atividades fins, considerando além das atividades de ensino, pesquisa e extensão a gestão e os recursos postos para a consecução de tais atividades. Tal visão não pode ser separada do contexto onde a universidade se insere e das políticas educacionais de ciência e tecnologia.

Avaliar sim. Por que não? Entretanto cabe a nós refletirmos, apoiados em Touraine (1993: 41) que a modernidade não implica na secularização mas no equilíbrio entre dois processos conflitantes: racionalização e subjetivação podemos considerar *como modernas todas as formas de combinação entre eficiência econômica e direitos humanos, entre valores universalistas e experiências específicas e tradições culturais..*"

E, a reflexão obtém reforço quando consideramos, apoiados em *DANDURAND & OLIVIER, 1991:139*, que a nova economia política da educação constrói-se, sem o dizer, sobre uma concepção elitista que traz habitualmente o disfarce da qualidade de formação, um tema real e particularmente importante numa conjuntura de crise, *mas que "arrisca-se assim a ser amputado de suas dimensões mais amplas, mais generosas."*

Sabemos que embora a crise do sistema de ensino superior não tenha como causa determinante a falta de um gerenciamento empresarial de tais instituições, como apregoam os seguidores da "filosofia da qualidade total" e que a avaliação institucional por si não irá resolver os problemas macro-estruturais, a universidade como bem público não pode ignorar a prestação de contas à sociedade que a mantém, bem como a comunidade acadêmica não pode alienar-se do processo avaliativo. Cabe a nós darmos conta deste objeto antes que a concepção sobre o valor da Universidade estreite-se perigosamente, ficando restrita aos limites da instituição. Cabe a nós criarmos uma cultura de avaliação, onde o processo tenha como finalidade a construção de uma universidade para o século XXI.

Afinal, como diz o coordenador de um dos NAUs da UFRGS, sobre o ponto mais positivo da realização da avaliação que é :

Afinal, como diz o coordenador de um dos NAUs da UFRGS, sobre o ponto mais positivo da realização da avaliação que é :

"O próprio fato de fazê-la. ... os resultados nós ainda vamos colher. Nós estamos plantando, tão somente. Mas acho que em alguma medida e em medidas diferenciadas os cursos vão se beneficiar internamente disto. Nem que seja apenas, um conhecimento mais preciso da sua realidade como um ponto de partida para outros encaminhamentos. Isto é uma coisa importante."(Entrevista, 1995)

Na prática, como os exemplos trazidos bem ilustram, é possível repensar a instituição universitária a partir da avaliação. Como um "organizador" privilegiado a avaliação favorece este repensar. Talvez a busca de qualidade possa ser vista por este ângulo - qualidade - como compromisso da Universidade para com a Sociedade. Isto implica em trabalho sério de investigação, de análise, de discussão e, principalmente de ouvir os outros, aqueles que vêm de fora, trazendo críticas e sugestões.

A avaliação no seu todo, como um organizador forte, quando legitimada pela comunidade, traz por dentro do processo o fenômeno do repensar-se, não frente ao Estado Avaliativo ou às propostas de caráter neoliberalizante, mas, frente à Sociedade com a qual a comunidade acadêmica precisa estar sempre comprometida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Conselho Federal de Educação. Comissão de Avaliação. Documento Básico: Avaliação das Universidades Brasileiras: uma proposta nacional. Brasília: D.F., 1993.
- CIAEU/PROGRAD. Elementos para Organização do Programa de Avaliação da Universidade (Ênfase na Graduação). Porto Alegre, Coordenadoria de Apoio ao Ensino Universitário/ PROGRAD/UFRGS, 1993.
- DANDURAND, Pierre & OLIVIER, Émile. Os paradigmas perdidos. TEORIA & EDUCAÇÃO. Porto Alegre: FAE/ UFRGS, n° 3, 1991.
- ENTREVISTA. Avaliação Institucional no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- LATIESA, M. La Deserción Universitaria. Desarrollo de la Escolaridad en la Enseñanza Superior. Madrid, Siglo XXI/CIS, 1992.
- LEITE, D. e BORDAS, M. Avaliação na UFRGS: a qualidade da diferença e a diferença da qualidade. EDUCACIÓN SUPERIOR E SOCIEDAD. Venezuela: CRESAL/UNESCO, v.5, (1/2), 109-124, 1995.
- LEITE, D. e FIGUEREDO, M. The evaluation of Higher Education Systems in Latin America. In: COWEN, R. WORLD YEAR BOOK OF EDUCATION. London: Koogan Page, 1996 .
- PAREDES, Alberto Sanchèz. A Evasão do Terceiro Grau em Curitiba. Documento de Trabalho 6/94. Curitiba, NUPES/USP/PUC-PR, 1994.
- TOURAINÉ, A. Uma visão crítica da modernidade. CADERNOS DE SOCIOLOGIA. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFRGS, v.5, n° 5, p.32-41, 1995.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. Programa de avaliação institucional da UFRGS: ênfase no ensino de graduação. 1994/1995. Porto Alegre: UFRGS, 1994. 39p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. Avaliação Interna na UFRGS. Fascículos PROGRAD, n° 4. Porto Alegre: UFRGS/PROGRAD/ CEPAV, 1995.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS/PROPLAN/DPI. Evasão dos Cursos de Graduação da UFRGS em 1985, 1986 e 1987. Porto Alegre, UFRGS, 1991 (Série Estudos e Projetos, 15).